



LEI Nº 316/2009, de 13 de novembro de 2009.

SUMULA: Define o valor dos débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, considerados de pequeno valor no Município de Reserva e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Serão considerados de pequeno valor os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, no Município de Reserva, com valor igual ou inferior a 04 salários-mínimos.

Parágrafo Único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exeqüente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, da forma prevista no §3º do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 2º. O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 dias, contados da apresentação de ordem judicial à Procuradoria Geral do Município, instruída com certidão ou documento, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.





Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, previstas no orçamento vigente na época do respectivo dispêndio.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reserva, 13 de novembro de 2009.

FREDERICO BITTENCOURT HORNUNG
Prefeito Municipal

